RUMO AO CAPITALISMO: DAS CIDADES ASIÁTICAS ÀS CIDADES VIRTUAIS

Roberval de Jesus Leone dos Santos

A fortuna não muda de sentença onde não se muda de ordem; e nem os céus querem ou podem sustentar uma coisa que queira de qualquer modo arruinar-se.

Maquiavel, 1996, p.245

INTRODUÇÃO

Os tributos¹ que Marx conferiu à classe burguesa sempre perseguirão a humanidade, pois, mesmo nas cidades modernas, obra burguesa cujo *sentido* a civilização acostumou-se a não perceber nas atividades cotidianas, deve-se admitir a falta de precedentes de suas criações. No entanto, se é desejável ter alguma percepção, é preciso voltar no tempo para tentar entender por que as cidades modernas não têm – exceto pelo trabalho que vem se justapondo nos espaços, por certo *it* oriundo da memória que preenche os seus poros e por razões comuns a várias épocas, dentre as quais o antagonismo com o campo – nenhuma identidade *funcional* com as cidades do passado. Nessa volta, ao examinar um espaço qualquer em um dado *momento* histórico, parece mais consistente compará-lo com outros espaços que lhe foram contemporâneos e constatar os aspectos diferenciais relevantes que mais vêm à tona. Ora, isso não se aplica às sociedades atuais, nas quais o modo de produção capitalista – salvo pela existência, ainda, de certas anomalias, de certos quistos primitivos² e de certa atividade de auto-suficiência – é uma realidade universal. Desse modo, é mediante a homogeneidade de seus elementos orgânicos ou estruturais e mediante as funções que desempenham que se deve buscar a explicação pela qual as cidades permanecem na atualidade.

Roberval de Jesus Leone dos Santos é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pós-graduado pela UFRGS. roberval.santos@planejamento.gov.br

Para simplificar e limitar a análise final, *defino* um determinado espaço geográfico em um dado tempo como uma cidade moderna se as seguintes condições forem satisfeitas:

a) o espaço está fundado no modo de produção capitalista.

b) satisfeita a condição anterior, esse espaço é superestruturalmente auto-suficiente, ou seja, se, *a ratione*, o espaço fosse isolado de todos os outros espaços, cortando-se-lhe tão-somente o intercâmbio ideológico, ele seria capaz de reconstruir a partir de si mesmo *alguma* forma ideológica necessária tanto para o seu funcionamento quanto para suprir os homens.

Finalmente, não é meu objetivo elaborar um esquema analítico *micro* no qual sejam abordados os aspectos *físicos e humanos* das cidades ao longo do tempo, como o seu cotidiano, os fluxos, a sua arquitetura, a engenharia das construções e seus elementos culturais, embora esses aspectos, eventualmente, possam estar inseridos. Procurarei traçar um esboço mais genérico e abrangente do *sentido* das cidades, a condição suficiente de seu surgimento e a razão pela qual se mantêm. Adicionalmente, dou especial atenção aos últimos acontecimentos que consolidaram o modo de produção capitalista.

CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES

Os homens, desde sempre, têm se defrontado com a natureza, portanto, com o espaço bruto, e, operando o trabalho morto por meio do trabalho vivo,³ transformado esse espaço bruto em espaço social. As cidades, como tais, pressupõem, além disso, algumas condições especiais para seu aparecimento e manutenção.⁴ Como condição prévia, parece que somente é admissível falar, no sentido histórico, em cidade,⁵ isto é, em um espaço geográfico possível de ter uma fronteira social dentro da qual repousam condições capazes de conferir-lhe graus de autonomia de estrutura e de superestrutura superiores a outros espaços geográficos, na medida em que se reconheça a existência do trabalho com a *finalidade*, em algum grau, de criação de valor social⁶ ou, o que dá no mesmo, na medida em que se admita que a trajetória do trabalho excedente não esteja integralmente em curto-circuito. Exemplos de valor social presentes nas sociedades que produziram cidades e que as mantiveram são fartos: o comércio de produtos nas cidades marítimas da Antiguidade, a prerrogativa do recrutamento e do mando sobre os homens exercida pelo déspota antigo, a troca de excedentes por produtos estrangeiros nas fronteiras das comunidades aldeãs etc. São formas distintas de valor social que

mostram, como adverte Marx (1991a, p.80), que, exceto de uma maneira pontual, “a riqueza não constituía o objetivo da produção”. A acumulação de riquezas era um meio de ostentação da própria riqueza ou do regozijo em tê-la, como no modo de produção asiático, em que o déspota e os sacerdotes é que a mereciam, e os metais preciosos serviam primeiro como matéria-prima para a produção de obras artísticas e, excepcionalmente, como fundo social na aquisição de equipamentos bélicos ou algum produto insólito do exterior (Marx, 1971). É por isso que o modo de produção da comunidade primitiva ou modo de produção tribal – caracterizado pela propriedade comum, ociosidade das terras, insipiência da divisão do trabalho, porque natural, nomadismo, existência embrionária de uma espécie de escravidão latente⁷ e, eventualmente, aptidão ao intercâmbio de trabalho próprio por produtos do exterior, mas, ainda assim, com o fim de “manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo” (Marx, 1991a, p.66) – exclui de sua dinâmica a produção de cidades: a finalidade, *ao fim e ao cabo*, do trabalho, cujas condições objetivas pertenciam ao produtor, era a auto-subsistência. Poder-se-ia admitir, então, que, na realidade, as cidades não modernas foram uma excrescência ou um viés de *certos* modos de produção, geralmente surgidas *por acidente*,⁸ porque nenhuma dessas sociedades continha de maneira generalizada as relações sociais capazes de criá-las. Se a afirmação de que as cidades não modernas foram um subproduto da apropriação de trabalho excedente alheio é muito forte, aceite-se o eufemismo de que elas foram uma construção *ad hoc* da evolução econômica que foi sendo aperfeiçoada pelas revoluções que desempenham o papel de destruidoras das ordens produtivas retrógradas.

As cidades não modernas, que ainda não tinham o mesmo *status* que terão em circunstâncias futuras, dado que a população mantinha-se “completamente auto-suficiente, em si mesma contendo todas as condições de produção e reprodução de excedentes” (Marx, 1991a, p.68), tiveram seu registro inicial no modo de produção da servidão coletiva ou modo de produção asiático, porque nele, embora a economia fosse fechada – daí uma certa repulsão natural do sistema a esses espaços –, a troca de excedentes apropriados pelo Estado⁹ por meio de tributos aplicados sobre a coletividade começava a surgir em certos espaços geográficos mais adequados ao intercâmbio estrangeiro e com equipamentos próprios para isso, de maneira que a condição adicional estava, acidentalmente, presente. Esse intercâmbio se caracterizava pela troca de indivíduos entre diferentes tribos, oriundos das conquistas militares, estas últimas dependentes do crescimento das cidades, uma vez que a organi-

zação militar era demandada pelo seu adensamento populacional (Marx, 1991a, p.69) e a sua formação pela aglutinação de tribos amigas ou pela conquista de tribos rivais (Marx e Engels, 1968, p.21). Uma fronteira social (divisão do trabalho social) surge entre o campo e a cidade: “a base, aqui, não é a terra mas a cidade, núcleo já estabelecido (centro) da população rural (proprietários de terras)” (p.69). Enquanto no modo de produção tribal a tribo era meramente um “apêndice da terra” (p.69), isto é, a continuidade do espaço era total e natural, no modo de produção asiático, a relação é invertida, porque o espaço cultivado é influenciado pelo espaço citadino, havendo quebra de continuidade.

Essas mesmas condições de aparição e de manutenção das cidades verificadas no modo de produção asiático encontram-se no modo de produção escravista ou modo de produção antigo, embora com características distintas. No primeiro modo, a aldeia, detentora da posse das terras, pagava tributos ao Estado, confundido com o déspota, que, juridicamente, detinha a propriedade das terras, sendo que as cidades eram quase que uma imposição do espaço físico, que ensejava ou incentivava o intercâmbio de receitas estatais por produtos estrangeiros na forma de escambo; no segundo modo, a propriedade já era a privada propriamente dita, primeiro móvel, na forma de escravos, depois imóvel, como terras, e as classes dividiam-se entre os proprietários (aristocracia) e os não proprietários (escravos), de maneira que as cidades já absorviam graus de autonomia em relação ao campo, isto é, o antagonismo, e, “dentro de las mismas ciudades”, “la contradicción entre la industria e el comercio marítimo” (p.22): as trocas começavam a ter papel igual ou maior que o arbítrio da geografia.

Com efeito, tanto nos espaços fundados no modo de produção asiático quanto naqueles fundados no modo de produção antigo, as cidades ainda não tinham, como terão no modo de produção capitalista, os aspectos diferenciais que lhes iriam conferir heterogeneidade e autonomia em relação ao campo, porque aí é puro preconceito enxergar épocas anteriores com as categorias do presente. Em um primeiro momento, a ausência de aspectos diferenciais entre campo e cidade é verdadeira, uma vez que, por força das atividades militares e da presença dos domicílios dos trabalhadores, cuja força de trabalho era rural, a cidade apenas se realizava como *centro* das atividades rurais, alcançando, as maiores, no máximo, o *status* de acampamento principesco, mas repousando sobre uma base eminentemente rural; em um segundo momento, devido à herança enviesada do período greco-romano clássico, poderia parecer que a importância das cidades fosse suficiente para sintetizar a história desses povos, quando, na

verdade, essas cidades eram “baseadas na propriedade da terra e na agricultura” (Marx, 1991a, p.74). Ou seja, no primeiro caso, a fronteira social entre campo e cidade, uma vez traçada, era indecisa, enquanto, no segundo caso, a fronteira social do espaço não somente era clara, uma vez traçada, mas também o grau de autonomia conferia à cidade “uma forma de organismo independente” (p.75), ainda que a cidade sofresse uma espécie de ruralização, em contraste com o modo de produção capitalista, que urbanizou o campo. Além disso, para firmar o processo pelo qual essas sociedades vinham ao colapso, basta pensar nos momentos nos quais a manufatura, e com ela o esboço da definição das fronteiras das cidades, começa a ter a primazia sobre as atividades agrícolas, quando as forças produtivas se liberam do trabalho subordinado à agricultura ou às atividades meramente aldeãs, como as militares, de construção de equipamentos domésticos, de serviços sacerdotais etc. Aí onde esse desenvolvimento ocorre, acelerado pela troca de escravos e pela sanha da troca de excedentes com o exterior, começa a desagregação do “modo de produção sobre o qual a comunidade se apóia” (p.89).

No entanto, quando o próprio modo de produção antigo – como no Império Romano do Ocidente –, no qual as condições objetivas de produção não pertenciam ao escravo, que era uma propriedade móvel, começa a acirrar, de maneira muito lenta, as suas contradições internas, uma vez que não seria possível, de maneira eficiente, lidar com a dinâmica das cidades e, ao mesmo tempo, impedir que elas se dissolvessem diante da penetração cada vez maior do campo; uma vez que não seria possível nem mesmo fazer com que as suas relações de produção fossem capazes de conciliar-se com forças produtivas que cada vez mais se estendiam em vastos territórios, diminuindo a densidade populacional, e, ainda, impedir que a economia fechada deixasse de ser uma solução importante, mas não decisiva, para adjudicar a força de trabalho e o seu produto às novas relações internas do sistema – a própria mobilidade do escravo e sua carestia, por ser uma propriedade móvel, já eram incompatíveis com as novas características do novo sistema –, era tempo de impor-se uma nova ordem produtiva, na qual fossem amortecidas essas contradições, estabilizando-se, portanto, com base na mesma ausência de mediação, mas agora entre senhor e servo (fixo e renovável) e não mais entre senhor e escravo (móvel e perecível).

Embora a condição prévia de surgimento das cidades estivesse presente no modo de produção feudal, isto é, a produção não estava em curto-circuito, uma vez que havia trabalho excedente a ser bombeado para o senhor, sob várias formas, suprindo as organizações militares e os equi-

pamentos bélicos, o luxo e a soberba das residências senhoriais, os torneios e as diversões cavalheirescas e os subsídios e as riquezas da Igreja e de suas ordens religiosas, não havia a condição adicional que esteve presente antigamente, de maneira que esse modo de produção não apenas não produziu, nem mesmo acidentalmente, cidades, como até levou, no seu auge, as existentes à decadência, porque mesmo aquelas onde o artesanato havia prosperado decaíram com a crise do escravismo: o suprimento voltou-se para dentro do sistema, ou seja, a produção manufatureira ou artesanal das cidades e o cultivo das terras, com a introdução do colonato, supria as necessidades locais, sem falar no dispêndio com as revoltas e as invasões bárbaras, que foi minando o erário ocidental. Ainda assim, muitas das cidades remanescentes das épocas anteriores, que permaneceram *de fora*, fizeram com que “os mercados e a moeda” desempenhassem, como explica Dobb (1987, p.43), “um papel mais destacado na Idade Média do que se costuma supor”.

Esse aspecto paradoxal da Idade Média, de conter um modo de produção que não permitia a produção, a partir de suas entranhas, de cidades, e que, ao mesmo tempo, tinha de manter uma relação política e econômica com as cidades herdadas da Antiguidade ou surgidas, já na baixa Idade Média, à sua margem, foi – ali, e somente ali, onde o próprio sistema não mostrava um grau adequado de eficiência e onde as forças produtivas não mais eram capazes de satisfazer o contínuo crescimento das necessidades senhoriais por renda¹⁰ –, dentre outras mais importantes, uma das razões de sua ruína depois de mais de mil anos de vigência; ruína cuja forma foi revolucionária, seja diretamente pelos homens, seja por meio do capital mercantil,¹¹ da usura e da usurpação. É evidente que as cidades já existentes – e mesmo aquelas que começavam a surgir com o declínio do feudalismo, na forma de corporações, com grau de autonomia econômica e política cada vez maiores e cuja “existência proporcionava uma base para transações monetárias, e, por conseguinte, para pagamentos em dinheiro, efetuados pelo camponês ao senhor (os quais, entretanto, nunca estiveram de todo ausentes durante o período feudal)” (p.79) – não podem ser consideradas exatamente, nesse momento, como sistemas capitalistas paralelos ao sistema feudal em agonia. Elas apenas continham certas relações sociais que funcionavam como “elemento solvente das relações feudais” (p.80).

Diante de todos esses modos de produção naturais até aqui vistos, ali onde as cidades surgiram – servidão coletiva e escravismo –, permaneceram como corpos estranhos – feudalismo – ou renasceram – em estágio posterior ao feudalismo, mas anterior ao capitalismo –, não era su-

ficiente que as forças produtivas estivessem localmente direcionadas para a criação de valor social; era preciso mais, que certas relações de produção estivessem presentes – por exemplo, o escambo ou, de maneira mais insipiente, o dinheiro. Até esse estágio, a divisão do trabalho não tinha ainda alcançado um desenvolvimento tal que substituísse o próprio produto como meio de troca; apenas a produção direta ou a produção de auto-suficiência dominava o mundo, não sendo possível induzir a troca entre os produtos de uma maneira universal. Isso explica o fato indubitável de que as cidades que surgiram, prosperaram ou desapareceram até a decadência da época feudal eram meras construções *ad hoc*, soluções locais para certas relações de produção que eventualmente surgiam e precisavam ser operadas. Mas à medida que, mais adiante, essas relações de produção começavam a entrar em contradição com as forças produtivas, fazendo com que o valor social se erigisse a um aspecto não mais local, mas universal; à medida que a especificação das atividades começava a, igualmente, especificar os produtos; à medida que o trabalho deixava de ser meio de troca; enfim, à medida que a divisão do trabalho se desenvolvia induzida pela existência de necessidades cada vez mais heterogêneas e ampliadas, seguiu-se a identidade entre o valor social e o valor de troca, portanto, a “necesidad de un *medio de cambio* universal, en el cual el producto determinado y el trabajo determinado se intercambien por la *capacidad de cambiar*” (Marx, 1991a, p.133-134), isto é, o dinheiro. Somente quando as forças produtivas, já separadas das condições objetivas de produção,¹² começam a ser direcionadas para a produção que é direcionada para a riqueza e quando têm como pré-requisito o dinheiro como meio de troca é que as cidades passam a ser uma realidade universal, porque assentadas em um modo de produção cuja relação de produção fundamental – o capital – somente pode ter origem se tem o “*dinheiro* como ponto de partida” (p.101); ou seja, quando e à medida que esse “valor” adquire, “de um lado, as condições objetivas do trabalho para, do outro lado, trocar o trabalho *vivo* dos trabalhadores” livres por dinheiro (p.103). Exatamente aí reside a importância das cidades usurárias e mercantis, provedoras contumazes de recursos necessários ao nascente capital industrial.

Pode-se, então, extrair pelo menos três funções das cidades até o advento do modo de produção capitalista: em primeiro lugar, funcionavam como espaços geográficos construídos para permitir com maior eficiência do que qualquer outro espaço a plenitude dos intercâmbios; em segundo lugar, como locais adequados para receber as populações rurais expulsas¹³ por ocasião da acumulação primitiva e, em terceiro lugar, como matriz a partir da qual se poderiam extrair as reservas necessárias

para a aquisição de força de trabalho livre e, conseqüentemente, a destruição de modos de produção retrógrados ou ineficientes. Na medida em que elas fossem engendradas por certas relações de produção, imediatamente a seguir eram conservadas e, posteriormente, aperfeiçoadas para uma nova realidade histórica fundada na produção e reprodução de mais-valia. Vista a tese de que as cidades somente podem ser *produzidas* com a condição prévia de a produção não estar em curto-circuito e com a condição adicional de existir no interior do sistema certas relações de produção ou determinantes naturais, é possível classificar, mais ou menos esquematicamente, as cidades em três grandes classes (cidades naturais ou acidentais, cidades transitórias e cidades modernas), que correspondem a extensas épocas históricas e que, por sua vez, se dividem em alguns tipos característicos. Essa classificação não vai buscar nenhum substrato, material ou político, que una as cidades, porque dificilmente elas seriam tão homogêneas na essência. Muitos aspectos as separam, como o modo de produção; outras vezes, é a convivência ou interação com outros modos de produção, como se observa em certas cidades fenícias ou gregas, em que uma classe de comerciantes ávida por moedas em troca de produtos manufaturados convive com uma produção natural no mesmo sistema. A homogeneidade somente será perseguida e, creio, alcançada, na última classe, já, portanto, na época moderna.

Cidades naturais ou acidentais

São as cidades produzidas por modos de produção naturais ou herdadas por eles ou mesmo mantidas à sua margem, vivendo em paralelo com o sistema – como no feudalismo. Algumas vezes é a geografia que é tão favorável ao seu surgimento, como no modo de produção tribal, que cria as condições capazes de fazer o comércio extremamente insipiente na forma de escambo, com fins de suprimento de produtos *sui generis*; outras vezes, é a manufatura que, ganhando mais autonomia que as atividades de campo, ou mesmo certa produção de produtos internos à própria cidade – como a pesca e a fabricação de navios entre os fenícios e suas feitorias –, juntamente com a geografia, de uma maneira contingente, vai moldando o espaço bruto, constituindo esses espaços geográficos, daí serem uma ex-crescência ou anomalia dos diferentes modos de produção existentes no mundo. Essas cidades podem ser divididas em, pelo menos, três tipos: cidades asiáticas, cidades antigas e cidades mercantis dependentes.

Cidades asiáticas. São próprias do modo de produção asiático, no qual somente o déspota tinha o privilégio de realizar o escambo, não sen-

do mais do que um mero local de geografia favorável próximo às próprias tribos, mas com fronteiras sociais muitas vezes indecisas, pois se comportavam como centro das atividades rurais. Seu *sentido* consistia na troca natural, especificamente na forma de escambo. Grassaram no Egito, Síria e Mesopotâmia.

Cidades antigas. A sociedade, aqui, embora com aspectos ainda rurais, já havia alcançado um estágio econômico mais avançado e funcionava, a cidade, como organismo que se impunha, inclusive como Estado, como poder coercitivo legítimo, de maneira que as características da superestrutura encarnada na cidade são menos inibidas do que no tipo anterior, embora lá o Estado fosse possuidor de direitos despóticos. Nessas cidades, devido à existência da propriedade privada, o antagonismo entre cidade e campo não mais deixou de fazer parte da história. São exemplos a *polis* grega e as cidades romanas, todas dotadas de autonomia e soberania. Nessas cidades, as classes inauguravam a expressão de seus conflitos nos empreendimentos políticos, acessíveis apenas aos cidadãos, isto é, aos proprietários de terras e de escravos.

Cidades mercantis dependentes

Essas cidades são típicas de quase todas as épocas até o século XIV. Na maioria dos casos, viviam paralelamente aos modos de produção naturais, podendo-se admitir *atipicamente* ao modelo tanto certas cidades-Estado da Fenícia, cuja classe dominante – a mercantil – também exercia o poder político, quanto algumas cidades-Estado gregas, que desenvolveram fortemente a economia monetária, mais do que a economia natural, e muitas outras cidades, por força da colonização no mundo grego, dependentes de produtos do exterior, pipocando desde a costa do Mediterrâneo até o mar Egeu e, séculos adiante, aí em sua época *típica*, já na Idade Média, todas as cidades que, herdadas de épocas anteriores à feudal ou, eventualmente, surgidas paralelamente ao sistema, se formavam por servos da gleba que se tornavam livres para vender sua força de trabalho nas guildas mercantis ou, quando o acesso a estas era limitado pelas taxas impostas ao comerciante ou ao mestre, fora destas. Essas cidades tanto se subordinavam à autoridade feudal quanto espoliavam o campo, como indica Marx (1991b, p.917-918):

na Idade Média, embora o campo, no domínio político, explorasse a cidade por toda parte – excetuadas as áreas onde desenvolvimento urbano excepcional superava o feudalismo, como na Itália

[isto é, como se verá, nas cidades de transição] –, no plano econômico, a cidade sempre espoliava o campo, com os preços de monopólio, com o sistema de tributos, com as corporações, com a fraude mercantil e com a usura.

Note-se que, nesse momento, o sistema feudal ainda era hegemônico e não tinha levado a sua eficiência aos limites de suas possibilidades, de maneira que essa espoliação ainda não podia produzir os efeitos dissolventes¹⁴ que somente mais tarde, já na exaustão do sistema, devido às suas contradições internas, haveria de dar-lhe o golpe de misericórdia, tarefa das cidades de transição. Se essas cidades não tinham características tão homogêneas, pelo menos em um aspecto demonstravam uma grande uniformidade: na política comercial conscientemente adotada, baseada na regulamentação do mercado interno, operada com cinco ações básicas: decretação de preços-teto e de reservas de mercado em certas áreas da cidade e a seus cidadãos; monopólio pelas guildas, exceto durante as feiras, da mediação das aquisições e das vendas com os comerciantes estrangeiros, isto é, apenas a cidade poderia ser intermediária das importações e das exportações; regulamentação das próprias guildas, com o intuito de limitar a concorrência interna; impedimento o surgimento de mercados rivais, se possível, com a guerra; e, finalmente, cobrança de taxas (Dobb, 1987, p.98-103). Como se vê, todas essas cidades até podiam ter na troca e em uma acumulação insipiente parte de seu *sentido*; entretanto, ao contrário das cidades modernas, não havia nenhum tipo de rede a interligá-las, nenhum tipo de hierarquia determinada pela conjuntura econômica ou pelas lutas políticas, de maneira que, por assim dizer, o seu *sentido* dominante era o monopólio, o qual “constituía o *leitmotif* de todo comércio” (p.119), cuja prova decisiva foram os empreendimentos relacionados com a criação e o desenvolvimento das companhias comerciais, como a russa e a inglesa.

Cidades transitórias

As cidades transitórias tiveram, como mediadoras, um papel singular na história a partir do declínio do feudalismo. Fundadoras da novidade cujo parto se deu pela violência,¹⁵ foram o espaço no qual foi possível o encontro, de maneira ótima, entre os proprietários das condições objetivas de trabalho e de dinheiro e os indivíduos livres,¹⁶ prontos para vender sua única propriedade: a força de trabalho, portanto, “dadas as condições básicas da produção capitalista” (Marx, 1994, p.830). Elas se

estenderam por um vasto período histórico, certamente muito mais curto que o das cidades naturais, indo da aurora capitalista, nos séculos XIV e XV, como as cidades do Mediterrâneo, passando pelo século XVI, na era propriamente capitalista, com as cidades que antes tinham soberania plena no auge da Idade Média (p.831), passando pela Revolução Industrial até o início da segunda contração capitalista (1874-1893), no último quartel do século XIX. Porém, quando o poder capitalista irradiou-se urbi et orbi, seja pela conquista de outros mundos e destruição violenta dos modos de produção pré-capitalistas, seja pela dependência econômica das cidades metropolitanas; quando o capital industrial alcançou um nível de soberania satisfatório, isto é, apropriou-se do mercado interno e começou a fazer o mesmo com o mercado mundial, e, finalmente, quando as massas proletárias adquiriram sua lei própria de crescimento, as cidades de transição perderam sua função, adquirindo outras. Foram construídos espaços não mais ad hoc, mas de plano (as cidades modernas), por força da nova realidade estrutural e política do novo regime: é o início da modernidade, das regras válidas universalmente e com ânimo definitivo. Como exemplos de cidades de transição, podem ser citadas as mercantis ou marítimas mais evoluídas como Milão, Veneza, Florença, Gênova, Flandres, que mantiveram sua autonomia política e econômica desde a Antiguidade, passando por toda a Idade Média, as cidades da França mediterrânea, muitas das próprias cidades mercantis dependentes que, após as lutas intestinas entre a nova e a velha ordem, começaram a ser transformadas em cidades de transição, as cidades coloniais e as cidades marginais dos feudos ou burgos. Elas dividem-se em dois tipos: as cidades mercantis autônomas ou metropolitanas e as cidades coloniais.

Cidades mercantis autônomas ou metropolitanas

Nas cidades onde inicialmente prosperou o capital mercantil entre os séculos XIV e XVI, a burguesia mercantil não sobreviveu inicialmente sem efetivar acordos adequados com o regime feudal em desagregação: um acordo econômico, associando-se à aristocracia no comércio, adquirindo terra e permitindo como membros das guildas os aristocratas; um acordo social, por meio de casamentos entre burgueses e aristocratas e da compra de títulos de nobreza pelos burgueses; um acordo político, por meio do exercício de cargos ministeriais a convite, coalizões políticas, como nas cidades italianas, e assentos na Corte, como na Inglaterra, nos tempos dos Tudor (Dobb, 1987, p.127). Qualquer meio que fizesse com que a apropriação do produto excedente maximizasse seus ganhos per-

mitia que o capital mercantil, que percorre a história desde os primórdios, fosse uma força ativa,¹⁷ porque dependia das condições de comércio existentes e do volume de mercadorias comerciadas.¹⁸ Os recursos da usura, que seguiam trajetória semelhante nessas cidades, agregavam-se, também, à acumulação mercantil, pois a tarefa mais nobre dessa forma de extorsão era a centralização das “fortunas em dinheiro” onde estavam “dispersos os meios de produção” (Marx, 1991b, p.684), debilitando o modo de produção feudal. Nessas cidades, já se encontravam de modo mais ou menos firme as condições básicas da produção capitalista, de maneira que, nesse momento, tanto a usura quanto os recursos mercantis puderam se transformar no meio pelo qual o modo de produção capitalista poderia se constituir. Daí a função essencial dessas cidades em maximizar o encontro com êxito entre força de trabalho livre e condições objetivas de trabalho, sendo aí revolucionárias, “arruinando o senhor feudal e os pequenos produtores, e centralizando as condições de trabalho convertidas em capital” (p.684). Infere-se disso a importância do papel dessas cidades como contumazes provedoras de recursos acumulados, em grau superior às cidades mercantis dependentes, que acumulavam meramente recursos do comércio varejista e atacado, do artesanato e dos lucros excepcionais do sistema de monopólio regional, e cujo sistema, que “não possuía ainda caráter especificamente capitalista”, operava “a parte variável do capital”, predominando “muito sobre o constante” (Marx, 1994, p.855). A fonte dessa maximização foi a acumulação primitiva. Nas cidades mercantis dependentes, ao contrário das autônomas, o modo feudal de organização do campo e o sistema corporativo não permitiam que “o capital dinheiro formado por meio da usura e do comércio” se transformasse em “capital industrial”, tarefa que somente as cidades mercantis autônomas poderiam comportar, uma vez que os “entraves caíram com a dissolução das vassalagens feudais, com a expropriação e a expulsão parcial das populações rurais” (p.868). O sistema urbano antigo e aquelas corporações foram superados pela ascensão das manufaturas construídas nas vias marítimas e no interior do continente, razão pela qual sobrevinha a rivalidade entre as cidades mercantis dependentes, já em decadência, e “esses novos centros manufatureiros” (p.868), abrigados nas cidades mercantis autônomas. Um outro papel importante desempenhado por essas cidades foi o de tutela e soberania sobre as cidades coloniais, no sentido de exercer a posse sobre os excedentes e as riquezas minerais que estas bombeavam a partir de modos de produção ambíguos *implantados* além-mar e o monopólio do comércio colonial sob o comando da burguesia metropoli-

tana, por meio do Estado. Outras vezes, o colonialismo, quando não implantava essas formas, destruía as existentes, sugando o farto mercado de mão-de-obra, apropriando-se de escravos que eram traficados com outras colônias e apropriando-se de terras e outros meios de produção, tudo isso sob orientação burguesa.¹⁹

Cidades coloniais

Sem a *política colonial*, que se inicia aproximadamente no século XVI e se estende ainda ativamente até o século XIX, a acumulação teria certamente produzido os efeitos para os quais se constituiu, mas esses efeitos viriam com doses mais modestas e com maior atraso. Por assim dizer, as cidades coloniais foram parceiras compulsórias – porque, na verdade, interagiam modos de produção até opostos, ou seja, modos de produção pré-capitalistas ou ambíguos nas colônias,²⁰ relacionando-se com o nascente sistema capitalista na metrópole – e importantes na nova configuração global. Essa política apoiava-se em várias frentes: a partir do século XVI, na exportação de matéria-prima e de minérios preciosos para as cidades metropolitanas e na importação de produtos manufaturados das cidades metropolitanas pelas cidades coloniais, em ambos os casos, em sistema de exclusividade;²¹ a partir do século XVIII, na separação entre manufatura e economia natural e liberação de mão-de-obra local da adjudicação ao modo de produção pré-capitalista para o desenvolvimento do capital, como na Índia e na Argélia; no tráfico de escravos;²² nas inversões estatais, mediante os créditos bancados pelas casas bancárias, primeiro das cidades italianas, depois das cidades inglesas, para os empreendimentos marítimos, estes últimos desde o século XVI. Essas cidades surgiam como construções posteriores às demandas ou conflitos e para permitir o intercâmbio nos locais mais favoráveis ao transporte marítimo e, dentro das colônias, nos locais mais favoráveis à navegação fluvial e à extração de riquezas minerais. Quando os homens das metrópoles encontravam uma civilização que já havia separado as fronteiras sociais entre campo e cidade, o comportamento inicial era absorver ou expandir a fronteira existente, destruindo a arquitetura e seus equipamentos para substituí-los pelo *aspecto* europeu, sobre os escombros da forma social antiga.²³ Em outros casos, quando as cidades não eram *colonizadas formalmente*, devido ao isolamento milenar, o eram por meio da imposição, a reboque, da economia de mercado, como durante a primeira guerra do ópio (1840-1842), entre Londres e a cidade chinesa de Cantão, cujo porto foi aberto a poder de canhões britânicos.²⁴ A Amé-

rica do Norte, mesmo após a independência *de jure* das colônias inglesas, foi onde, de maneira mais exemplar, se consolidou a função das cidades coloniais de interposto para o fornecimento de matéria-prima, produzida pela mão-de-obra escrava, para o funcionamento da indústria europeia,²⁵ e teve-se a transformação das cidades de auto-subsistência, formadas inicialmente para o povoamento dos lugares, em cidades de mercado propriamente ditas e pontos a partir dos quais foi possível rasgar todo o território com as ferrovias por onde o sangue novo do mercado mundial poderia circular, dissolvendo-se as populações aborígenes. A Guerra de Secessão (1776-1783) coroou esse empreendimento – a separação entre agricultura e artesanato, que não permitiam o desenvolvimento da colônia nos moldes esperados pela metrópole – e abriu os portos das cidades para a emigração europeia (Luxemburg, 1976, p.344-346). Algo semelhante ocorreu com os empreendimentos da Companhia Britânica Sul-Africana, que fixou as suas atividades em Kimberley, Transval e Witwatersrand, na África do Sul, como fornecedora de diamantes e ouro à Coroa (p.360-361). Esses e outros fatos, que poderiam ser resumidos na combinação ótima entre produtividade nas indústrias, abundância de mão-de-obra e consolidação dos mercados, testemunham o papel decisivo das cidades transitórias nessa combinação, que viria a proporcionar todos os frutos da primeira grande expansão capitalista, entre 1789 e 1825, comandada por Londres.

Cidades modernas

São as cidades definidas no início do texto, que serão objeto de análise a seguir. Elas subdividem-se em três tipos: *cidades periféricas*, *cidades globais ou comandantes* e *cidades virtuais*. O começo dessas cidades coincide²⁶ aproximadamente com os primeiros sinais da segunda contração capitalista ou segunda grande queda da taxa de lucro médio capitalista (1874-1893).

AS CIDADES MODERNAS

Muitos têm reiterado o fato notável de que as cidades modernas são uma compactação humana em um espaço geográfico²⁷ restrito e uma expansão permanente para além de seus limites físicos. O primeiro aspecto implica haver, em cada tempo e espaço, uma *densidade* de realidade palpável maior do que em um espaço geográfico diverso desse, como o campo – por exemplo, a distribuição da miséria, dos flagelos e dos con-

trastes entre as classes é mais rica em seus detalhes nas cidades modernas do que em qualquer um outro espaço —, enquanto o segundo aspecto implica que a projeção da cidade ultrapassa seu desenho físico palpável por meio do intercâmbio material e espiritual: por exemplo, uma cidade moderna, que certamente contém equipamentos e serviços públicos mais regulares e efetivos, uma oferta privada de serviços e produtos acabados mais diversa e sofisticada e uma oferta de emprego com um leque de qualificação exigida maior do que em outros espaços consegue atrair para si as regiões vizinhas e estabelecer uma circulação mais ativa de pessoas, de visão de mundo, de recursos e de mercadorias. Essa é, sem dúvida, uma percepção válida e, até, pode ser estendida aproximadamente às cidades anteriores à crise de 1874-1893. No entanto, é preciso ir além e buscar um aspecto mais homogêneo, presente nas cidades modernas e que seja, ao mesmo tempo, heterogêneo em relação às cidades não modernas. Se isso for conseguido, nem a compactação humana nem a projeção para além de seus limites são suficientes para marcar a diferença. Na verdade, a singularidade das cidades modernas reside no fato de serem filhas de duas leis. A primeira (a) estabelece a relação de comando superior e multilateral, isto é, os critérios com base nos quais o funcionamento do sistema capitalista se dá entre os grandes pólos de comando e *ipso facto* entre estes e todos os outros espaços geográficos. A segunda lei (b) estabelece a relação de comando inferior e bilateral, isto é, os critérios com base nos quais o funcionamento da dependência entre espaços geográficos distintos se estabelece. As duas, juntas, regulam a ocorrência do conjunto de regras *erga omnes* que vem tendo lugar no mundo capitalista a partir do final do século XIX. São elas:

a) Um fluxo local estabelecido entre os espaços geográficos, dentro, fora ou entre os Estados, somente tem alta probabilidade de funcionar se estiver em harmonia com o fluxo global hierarquizado.²⁸ De maneira equivalente: o fluxo global hierarquizado suspende, com alta probabilidade, a eficácia do fluxo local no que lhe for contrário.

b) Ordenem-se os países capitalistas segundo a sua produtividade de maneira decrescente. Então, as regras gerais somente podem ser emanadas do topo e, nesse caso, vinculam com alta probabilidade a base, que lhes dá pronto e imediato cumprimento. De maneira equivalente: as regras gerais somente podem ter probabilidade alta de vincular os países de baixa produtividade se partirem dos países de alta produtividade.

Obviamente, essas leis nascem com o aperfeiçoamento do regime produtivo, conseguido mediante parâmetros aplicados ao seu funcionamento. Em cada momento no qual o sistema capitalista constrói esses parâme-

tros para a superação de suas crises, variam as formas e os estratagemas utilizados. Entretanto, se fosse possível identificar um fator constante que efetivamente também vem fazendo com que o modo de produção capitalista reprima ou, pelo menos, adie a sua ruína, esse fator seria, certamente, a presença do Estado comparece nos últimos anos que antecederam a depressão de 1874-1893²⁹ – e não *com* o New Deal, como se pensa muitas vezes – e nunca mais o sistema pôde dele libertar-se,³⁰ mesmo com a doutrina fixada pelo Consenso de Washington.³¹ Uma das maiores provas de sua necessidade³² está justamente na definição de cidades modernas: se um espaço está fundado no sistema capitalista, basta que seja capaz de reconstruir a sua superestrutura motivada por um isolamento hipotético do resto do mundo para que seja considerado cidade moderna. A primeira superestrutura reconstruída seria necessariamente o Estado, porque tem importância primária na manutenção do regime. Farei uma breve introdução aos fatores variáveis e ao fator constante – o Estado – a seguir, mostrando a importância decisiva do aspecto *funcional* das cidades modernas na sobrevivência e permanência do modo de produção capitalista, de seus produtos e de seus subprodutos.

Quando o mundo globalizado do último quartel do século XIX fez da cidade de Londres o seu centro e da libra esterlina a divisa internacional, já era um indício de que uma outra função começava a ser desenvolvida pelas cidades e de que a modernidade já era o aspecto mais relevante. Como indica Hobsbawm (1989b, p.64-65), o cenário ainda era favorável à política inglesa do livre-comércio: por um lado, em comparação com as outras nações, a Grã-Bretanha estava à frente, pois era a maior exportadora de capital e de serviços, e, por outro, era a maior importadora de matéria-prima, de maneira que era possível não apenas dominar o mercado mundial da maioria dos produtos, como também justificar e até ampliar, a partir de Londres, a política de globalização³³ *sem intervenção estatal*, tanto na teoria quanto na prática. Tudo isso tinha como preço o sacrifício da própria agricultura britânica, e isso se tornou claro com a crise de 1874-1893, uma vez que “a agricultura foi a vítima mais espetacular” do “declínio dos lucros – na verdade, alguns de seus setores foram os que sofreram depressão mais profunda de toda a economia” (p.59-60). Isso era possível porque tanto a alta burguesia quanto os proprietários de terras, que ainda falavam alto no Parlamento, tinham interesses financeiros nas cidades – especialmente em Londres –, pois “dependiam da renda da propriedade urbana e das carteiras de investimento na mesma proporção que do arrendamento dos trigais” (p.65). Esse sistema já permitia à cidade ensaiar a *lei b*: Londres era o sistema solar no

qual orbitavam os países exportadores de matéria-prima, não somente devido à despreocupação dos países dependentes em ampliar a economia nacional dos manufaturados – já que Londres e portos subordinados à sua marinha forneciam esses produtos –, mas também devido à política consciente britânica de não incentivar – exceto na medida em que sugasse juros e serviços de dívidas dos empréstimos exteriores – o desenvolvimento de indústrias locais, que poderiam formar mercados concorrentes regionais. Era conveniente, portanto, esta “simbiose entre o Reino Unido e o mundo subdesenvolvido” (p.65). Pela *lei a*, o fluxo global hierarquizado era praticamente único: de Londres para o mundo, comandante de todos os outros fluxos. A *rede* estabelecida entre as cidades, portanto, até os ajustamentos que serão vistos a seguir, era relativamente simples: de um lado, a *lei a* determinava que a cidade de Londres, como *império*, estabelecesse um fluxo global hierarquizado, consistente no monopólio do comércio e das finanças mundiais; esse fluxo, por seu turno, modelava os fluxos locais, existentes nas cidades metropolitanas entre si e entre estas e as cidades coloniais, sendo que estas haveriam de seguir a política econômica ditada por aquelas, observado o fluxo global hierarquizado. De outro lado, pela *lei b*, nenhuma cidade colonial ou metropolitana podia, com grandes chances, fugir às regras gerais estabelecidas por Londres,³⁴ embora no mundo desenvolvido, praticante do protecionismo autorizado por Londres, fosse plena a concorrência industrial.³⁵ Era um modelo *semilivre*: Londres, a primeira cidade ungida a cidade global, praticando o livre mercado, porque comandante do mercado mundial, as nações desenvolvidas protegendo a economia nacional e as cidades coloniais, já com características de cidades periféricas sob o planejamento de Londres, submetendo-se às regras de exportação estabelecidas por ela.

As fases de ajustamento que prepararam e consolidaram a grande expansão do período 1894-1913 centraram-se exatamente na intensificação do protecionismo³⁶ que Londres vinha ratificando no mundo desenvolvido e que a levou a perder o lugar que ocupara na economia mundial desde os tempos mais liberais: “a Era do Império já não era monocêntrica” (p.80), embora a definição do fluxo global hierarquizado ainda o fosse.³⁷ Mas não só: a concentração da economia (oligopólios), como nos trustes, juntamente com as éticas trabalhistas modernas, como a do americano Taylor, também foram reações importantes do capitalismo para enfrentar as suas dificuldades (p.69). E o melhor modelo haveria de ser orientado não mais por Londres, mas por Washington, para onde se desloca, em definitivo, o comando do fluxo global hierarquizado, embora compartilhado

continuamente com outras cidades ao longo do século XX, como Tóquio. Mas o ajuste apenas definia os parâmetros dentro dos quais deveria o sistema capitalista funcionar em termos de suas dificuldades *superáveis*; era preciso ir além, estabelecendo-se funções a partir das quais fosse possível sustentar a dinâmica para o período controlado, isto é, o crescimento econômico. Parece não haver dúvida de que fazer *de plano* de certos espaços geográficos – as cidades de transição – herdadas da época anterior à crise 1874-1893 cidades modernas foi a maneira pela qual o sistema pôde responder à expansão favorecida pelos parâmetros estabelecidos.

Quando Londres precipitou-se ao conflito de 1914, para tentar defender o seu domínio sobre o globo da expansão comandada por Berlim, que tinha ambições globais, já entrou com seu poder político e econômico em fase de declínio. Por um lado, a concorrência entre os Estados, o protecionismo do mundo desenvolvido voltado para o crescimento econômico, sobretudo da Alemanha, e a diminuição do potencial de suas importações diminuíram consideravelmente o fôlego do Império Britânico; de outro lado, desde a Doutrina Monroe, lançada inicialmente com pretensões anticoloniais no hemisfério ocidental e que, pouco a pouco, foi significando a exclusividade do direito de Washington sobre esta área (p.90 e 437-439), vinha ficando cada vez mais claro o fato inelutável da ascensão dos Estados Unidos baseada no seu evidente desenvolvimento econômico, o qual, embora tenha participado do conflito de maneira decisiva, entrando já no final (1917), saiu ainda mais forte.³⁸ As leis *a* e *b* foram mantidas, sim, mas sob a égide de Washington, não mais de Londres, razão pela qual foi “o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande depressão do entreguerras” (Hobsbawm, 1991, p.91).

Essa transferência foi, também, uma emancipação, pelo menos futura, na mentalidade global do capitalismo, pois até o final da soberania britânica, Londres jamais colocou em seus planos a “industrialização do mundo dependente”: “o padrão básico na mente da maioria dos governos e empresários do Norte era que o mundo dependente pagasse a importação de suas manufaturas com a venda de produtos primários” (Hobsbawm, 1991, p.203). Com a ascensão de Washington, gradualmente esse fluxo global hierarquizado foi-se alterando, de modo que, após a década de 1970, a indústria saía do mundo desenvolvido e disseminava-se pelo resto do planeta, a partir dos padrões exportados pelas cidades globais ou comandantes.³⁹ E não só: a própria hostilidade contra os velhos sistemas coloniais era uma política séria de Washington, que fez com que as metrópoles concedessem a independência nominal às suas colônias, praticamente conclu-

ida na década de 1970, ensejada ou não por lutas intestinas.⁴⁰ A única dependência permissível era a econômica, sendo o restante decorrente desta, a exemplo das intervenções pontuais como no conflito entre Washington e Bagdá ou a guerra do petróleo, em 1991. As *leis a e b* iriam, portanto, exibir maior complexidade nas relações entre os lugares, mas também maior uniformidade, pois a medida da *produtividade* iria estender-se para todos os lugares, adotada universalmente.

Assim, desde 1914, quando também se inicia a depressão econômica de 1914-1939, passando pelo grande *boom* de 1939-1973, até os nossos dias, as atividades e a participação das cidades periféricas e das cidades globais nos rumos da história só têm aumentado. Essas atividades, direta ou indiretamente, relacionam-se com a distribuição dos saldos econômicos, equilíbrio de poder político, intermediação de negociação de conflitos e resolução de crises, sobretudo as crises sistêmicas do próprio capitalismo, que se beneficiou de três fatos importantes: o fortalecimento de Washington, e *ipso facto* da democracia burguesa, como cidade comandante hegemônica graças à derrota nazista empreendida pelo Estado soviético; o papel interventor do Estado e suas políticas de bem-estar; e a reorganização do Estado e da política internacional após 1973, tanto do ponto de vista fiscal quanto do ponto de vista social. Essas estratégias consolidaram não apenas o equilíbrio do fluxo mundial atual, como também a organização interna dos Estados e a eliminação vagarosa, mas firme, dos últimos redutos não capitalistas.⁴¹ Quanto ao primeiro fato, a derrota de Berlim – conseqüentemente da utopia hitleriana de construção de um império que se pensava “em termos de milênios” – necessitou de lutas e estratégias mais vinculadas ao território do que ao ar, de sorte que só o Exército Vermelho – uma elite disciplinada e coesa – dispunha dos homens e dos instrumentos suficientes para as derrotas mais eficazes no *front* (Hobsbawm, 1991, p.17 e 49); quanto ao segundo fato, a reforma capitalista, esta se fundamentou em três partes: a) construção de uma economia com forte orientação e planejamento estatais, em moldes keynesianos, com o fim de aumentar a demanda, com a aparição dos grandes sistemas previdenciários e de seguridade social; b) aumento da capacidade de produção dos países, ensejando um aperfeiçoamento da divisão internacional do trabalho; c) um pacto entre capitalistas, que pagavam altos salários em um *boom* de altos lucros, trabalhadores, que desfrutavam de rendas crescentes e benefícios governamentais, como os do estado previdenciário, e o Estado, que dirigia essas políticas e provia esses benefícios (Hobsbawm, 1991, p.264, 265 e 277); finalmente, quanto ao terceiro fato, embora o capitalismo, para salvar-se de si mesmo, tenha feito do Estado um organis-

mo não apenas gigante em sua ação, mas eficaz, isso resultou em um dispêndio de recursos fiscais e de recursos políticos cujo resultado levou a uma revisão da agenda, sob pena do caos de sua própria solvência e continuidade. Além disso, as próprias *leis a* e *b* foram determinantes nessa reforma ao dispor que “os impostos, as normas para investimento e as políticas econômicas” deviam “corresponder cada vez mais aos parâmetros de uma economia mundial globalizada”. Essa revisão vem consistindo em “ajustar a função do Estado à sua capacidade” e “aumentar a capacidade do Estado revigorando as instituições públicas”, dentro de um programa de parceria mais arrojado com os organismos privados e com o mercado, regulamentação da economia – e não, como antes, planejamento, unicidade na provisão e intervenção direta – e limitação ou eliminação dos dispêndios que não se mostrem efetivos: “não um Estado mínimo”, mas um Estado efetivo a bem do mercado (Banco Mundial, 1997, p.2, 3, 6 e 18). Além disso, as *leis a* e *b* funcionaram para impor reformas do Estado.

A partir da década de 1970, os aspectos típicos das cidades modernas vêm ganhando aquela uniformidade tão útil à dinâmica das relações econômicas, até porque é iniciado um novo período de contração no sistema capitalista (1973-?), e a participação delas no processo de expansão, pela dificuldade das entidades tradicionais, como o Estado nacional, de enfrentar o problema, não deve ser medíocre, embora suas características tendam a afastar as soluções.⁴² Devido a essa uniformidade, desde então já é possível adotar-se com alguma tranquilidade a nomenclatura convencional de divisão das cidades modernas entre cidades globais ou comandantes e cidades periféricas, e, assim, explicitar as características intrínsecas de sua homogeneidade. Esse momento coincide mais ou menos com a missão a que o capitalismo, a partir de Washington, se propôs e que vem desempenhando satisfatoriamente:⁴³ no aspecto político, exigir a democracia burguesa em todos os Estados, induzida de modo vário, até mediante a nova cultura que chega agregada aos produtos disponíveis no mercado mundial, pois parece que a capacidade de resistência desse modo de produção maximiza-se em *ambiente* democrático; no aspecto econômico, acabar com o paradigma do século entre capitalismo e socialismo, eliminando de modo gradual, mas irreversível, toda a ordem nascida com a Revolução de Outubro, herdando, contudo, espaços geográficos eivados, no todo ou em parte, de obsolescência, atraso e degradação de toda natureza, engrossando as fileiras das cidades periféricas. O custo desse passivo econômico, naturalmente, não é maior que a mais-valia disponível para financiá-lo. A participação das cidades nesse processo tem

importância dupla. Primeiro, é preferível uma única ordem mundial – o *mix* capitalismo/democracia – devido à diminuição dos custos econômicos e políticos, embora a *presença* de quistos resistentes em nada atrapalhe o curso do mundo, que é de sentido burguês, e as cidades precisam ter os equipamentos necessários ao funcionamento ininterrupto dos fluxos materiais e espirituais que distribuem a desigualdade, a acumulação e a resignação em todos os lugares; em segundo lugar, o arranjo do mapa mundial fica geopoliticamente favorável à gestão empreendida pelas cidades globais ou comandantes, pela simplificação da distribuição de poder e do monitoramento e avaliação da missão. Ou seja, a probabilidade estabelecida pelas *leis a e b* tende a aumentar. Nesse contexto, abrem-se três tipos de cidades modernas, os quais se definem, exatamente, tendo em vista resultados dessas leis. O primeiro tipo, cidades globais,⁴⁴ corresponde a cidades nas quais “as mais importantes decisões da economia mundial [estão] sendo tomadas”, que formam uma “rede”, “através da qual os mais importantes fluxos de informação, capital e recursos [estão] circulando” (Marques e Torres, 2000, p.143) e, ainda, cuja *função essencial* corresponde à exportação de padrões de comportamento econômico, político e social às cidades periféricas, à alteração na distribuição da força de trabalho entre os setores econômicos, ao desenvolvimento de processos tecnológicos e científicos uniformemente adotados pelas próprias cidades globais, capazes de fazer com que o próprio sistema tire proveito seguro de suas contradições,⁴⁵ e ao monopólio legítimo do poder de decidir, até onde possam, os rumos do mundo; o segundo tipo corresponde ao complemento desse conjunto, ou seja, àquelas cidades em que, por exclusão, nada disso é observado ou, ainda, cuja *função essencial* é *imitar* o desenvolvimento das cidades globais, mas mediante os padrões de comportamento dela importados – portanto, não necessariamente os padrões dela –, oferecer ou adotar *comme il faut* um sistema de legislação fiscal, trabalhista e financeira generoso em relação ao capital estrangeiro (por exemplo, as práticas de *offshore*) e servir de porto seguro para a extração de recursos adicionados, seja pela diferença de taxas especulativas entre o mercado interno e o mercado externo; seja pela diferença entre o “preço” de extração da mais-valia externa e o da mais-valia interna. Note-se que, enquanto as cidades globais possuem *originalmente* as estruturas capazes de cumprir os seus próprios desígnios (daí a concorrência convergente entre as cidades globais), as cidades periféricas têm que, mediante uma espécie de *mimese*, construir essas estruturas (por exemplo, a apresentação de vantagens comparativas, daí

a concorrência divergente entre as cidades periféricas) para cumprir desígnios, por assim dizer, *alheios*. Isso significa que, enquanto as características adiante apresentadas são efeitos colaterais das cidades globais, nas cidades periféricas esses efeitos incorporam-se à estrutura e, ao mesmo tempo, as engendram. Neste sentido é que Ribeiro salienta a dicotomia entre capital financeiro e capital industrial para separar as cidades periféricas das cidades globais, já que, se

a hegemonia da economia urbana é exercida pelo capital financeiro, a cidade pode tornar-se apenas uma plataforma de exportação, reunindo empresas conectadas às redes globais de comunicação. Neste caso, apenas uma parte da estrutura urbana assume o papel de economia de aglomeração para as empresas, surgindo fortes tendências à dualização da estrutura sócio-espacial. Se, ao contrário, o capital industrial comanda a inserção da cidade na economia global, abrem-se novas possibilidades para políticas de criação de ambientes favoráveis ao learning economy, pela qual é viável uma estratégia não-defensiva de inserção baseada no controle de inovações tecnológicas. (Ribeiro, 1996, p.175-176)

As cidades virtuais são tipos especiais que serão descritos adiante.

Características das cidades modernas

Foi mencionada neste artigo a falta de precedentes das obras burguesas. No caso das cidades modernas, esse destaque é ainda mais justo. Se até o século passado, como se viu, devido ao surgimento *ad hoc*, as cidades, mesmo de acordo com a época, não podiam ser enquadradas de modo pacífico em um rol uniforme de características, na modernidade isso se torna cada vez mais possível devido ao surgimento *de plano* das cidades: o capitalismo, de modo consciente, pretende-se e é universal; além disso, fundamenta-se, em todos os lugares, na mesma lei. São as propriedades de universalidade e de unicidade que permitem fazer com que, além de outras coisas, todas as cidades modernas tenham, em tese, as mesmas peculiaridades. O que provoca a dicotomia ou a diferença entre as cidades globais e as cidades periféricas, e aí, no caso, os padrões econômicos, políticos e sociais, portanto, a diversidade de desenvolvimento, é tão-somente a função; não mais perante o cenário local ou regional como antigamente, mas perante o mundo.

Uma revisão bibliográfica permite destacar, entre os autores, as seguintes características das cidades modernas:

Contínua eliminação ou diminuição do ritmo de construção dos espaços públicos

Embora o Estado, na forma de governos locais, não tenha deixado de cumprir as suas atribuições, é notável uma despreocupação dos órgãos no sentido de aumentar a quantidade de parques, monumentos, equipamentos e abrigos públicos, talvez pela verificação empírica de que essa tarefa está sendo absorvida pelas classes pequeno-burguesa ou burguesa mediante a construção de espaços *públicos restritos*, como os parques temáticos, *shopping centers* etc., no intuito de afastar os elementos indesejados da cidade como os infratores, os pobres e os vagabundos.

Aperfeiçoamento da sociabilidade privada

Os espaços isolados e controlados, como os condomínios fechados, vêm sendo desenhados no sentido de ganharem uma espécie de transposição artificial da vida urbana, como se fossem núcleos reproduzidos da cidade como um todo, inclusive em termos de serviços (Marques e Torres, 2000, p.142). Isso garante uma certa auto-suficiência para os abastados, sendo possível demandar outras necessidades (obviamente mais difíceis de serem atendidas) do Poder Público pela “renúncia” às necessidades básicas, como segurança e infra-estrutura, o que termina por onerar mais ainda os governos.

Segregação

Refere-se ao surgimento de novos tipos de pobreza e novas formas de desenho de guetos urbanos, com elevação do nível de miséria e de segregação racial e étnica e cristalização dessas condições em áreas específicas e muito segregadas das cidades, além de redução das possibilidades de mobilidade social (p.143).

Fragmentação

Schapira define a fragmentação afirmando que o que deveria possuir um funcionamento sistêmico está repartido em múltiplas unidades, sem uma unificação do conjunto urbano. Há uma crescente fragmentação do mercado de trabalho e do sistema de transportes e uma atrofia do centro. A noção de fragmentação enfatiza o surgimento de novas centralidades nas cidades onde o mercado global tece rede e qualifica/desqualifica os espaços urbanos em razão de sua proximidade dos “nós” dos fluxos. Essa fragmentação, por exemplo, nas

idades periféricas latino-americanas, enfatiza a complexidade das transformações em curso, conferindo maior visibilidade às diferenças, sob a lógica do desenvolvimento de novos limites urbanos (territórios diferenciados) dentro das próprias cidades mundiais (Schapira, 2000, p.170). Segundo Marques e Torres (2000, p.144), os novos padrões e espaços residenciais das partes centrais das cidades seriam também produzidos para o consumo daqueles profissionais (de alto nível empregados nos serviços produtivos e nas atividades de comando de negócios) e estariam sendo reinventados pela indústria imobiliária ou por empresas semipúblicas.

Dualização

De acordo com Schapira (2000, p.170), as mudanças econômicas que caracterizam as cidades globais (hegemonia do setor financeiro, desenvolvimento de serviços “avançados” e de comando) levam a uma polarização crescente entre pobres e ricos, em razão do declínio da pequena-burguesia, que havia sido, em grande medida, o pilar da cidade fordist. Algumas análises sobre Nova York, Londres e Tóquio, consideradas como exemplos de cidades globais, têm servido para afirmar a tendência à diminuição das categorias profissionais médias, inclusive os operários qualificados, em função da substituição do setor industrial pelo dos serviços produtivos, como centro do dinamismo das economias urbanas globalizadas. Essa tendência à dualização da estrutura social também vem contribuindo para a dualização espacial, mediante a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo de luxo (Ribeiro, 1996, p.175).

Deslocamento das funções estatais

Tem sido contínua a participação de entidades não estatais nas atividades de gestão pública dos governos locais, o que contribui favoravelmente à diminuição dos custos políticos e econômicos nas mudanças necessárias à lógica global. Além disso, não é pouco freqüente até mesmo a contratação privada de meios capazes de fornecer a violência para deter a violência, como os equipamentos de isolamento de territórios, segurança privada e *justiça própria*. Há um envolvimento crescente dos atores privados na gestão da cidade *particular*, notadamente com a privatização dos grandes serviços urbanos (Schapira, 2000, p.171), até mesmo daqueles que, tradicionalmente, eram de *utilidade pública*, como os transportes urbanos, a limpeza pública e o esgotamento sanitário.

Alterações na morfologia do mercado de força de trabalho e nas atividades econômicas

Conforme Sposati, a lógica das novas formas de trabalho que reduzem drasticamente as vagas de empregos pela automação dos trabalhos e a flexibilização dos contratos de trabalho, além de ampliar a população desempregada, descaracterizam a responsabilidade social do Estado e da sociedade. Numa sociedade em que o risco é impreterivelmente social, a política do “salve-se quem puder” faz da violência a grande arma de sobrevivência dos mais fracos economicamente. Esse processo, somado à inexistência de utopias coletivas, acentua o cotidiano da fragmentação e reduz a vida a esquemas de sobrevivência a qualquer preço. Conseqüentemente, há um rebaixamento do que se pode denominar uma *ética social* (Sposati, 1996, p.204). Os novos centros são caracterizados pela localização das sedes das grandes empresas multinacionais e por uma presença desproporcional de serviços, graças não apenas ao aumento dessas atividades, mas também ao decréscimo de atividades e empregos industriais. Esses serviços seriam não apenas orientados ao consumidor, mas também ao auxílio a atividades de negócios, constituindo um crescente setor de “serviços produtivos”. Essa forma específica de terciário incluiria com especial destaque empresas de finanças, companhias de seguros, a indústria imobiliária, empresas de advocacia, *marketing* e informática. A hipótese central é que essas cidades ofereceriam condições especiais para atividades de comando de negócios. As inovações das telecomunicações e dos computadores teriam criado condições para que as empresas espalhassem suas redes e cadeias de produção por territórios tão vastos como o planeta. Há um crescimento da proporção de postos de trabalho de alta especialização e de baixa qualificação e forte perda para as posições intermediárias (Marques e Torres, 2000, p.143-144).

Essas características juntam-se a uma outra, levantada por Castells e Borja, que é a transformação das cidades, desde a última década, em verdadeiros atores políticos, sem, no entanto, confundirem-se com o governo local, ainda que o incluam. Essa *performance* exprime-se mediante uma articulação entre o governo local, agentes políticos e econômicos, organizações da sociedade civil e outros setores, de maneira a responder às novas exigências do mercado internacional e à resolução das crises urbanas internas, bem como a realização dos fluxos internos (turismo, cultura, infra-estrutura urbana, comércio etc.) (Castells e Borja, 1996, p.152-153). Segundo esses autores, exemplificando com algumas cidades globais como Seul e Hong-Kong,

a velocidade da informação sobre os mercados internacionais e de adaptação aos mesmos, a flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais e a capacidade de inserir-se em redes, determinam o sucesso ou o fracasso, muito mais do que as posições adquiridas no passado, o capital acumulado, as riquezas naturais ou a situação geográfica. (Castells e Borja, 1996, p.153).

Algumas cidades periféricas têm perseguido um desenvolvimento tal que corresponda aos mesmos resultados econômicos e políticos de que desfrutam as cidades globais ou comandantes, o que não ocorre *de facto*, uma vez que esse desenvolvimento é buscado com base em padrões típicos destas, exportados para uma realidade não preparada, razão pela qual os fenômenos urbanos de deterioração vêm sendo notados. O quadro 1 exemplifica alguns desses aspectos, a partir de três conhecidas cidades periféricas, que se pretendem globais por *mimese*.

Idiotia como arma social: as cidades virtuais

Cada um de nós já desejou um tipo de realidade *manipulável* ou, para citar Marx, concretizar o desejo de que basta possuir uma coisa na consciência para possuí-la realmente.⁴⁶ Não durou muito tempo para que fosse possível construir estruturas capazes de tornar isso possível: doravante, no tempo que eu queira, posso inventar *uma* realidade. Os equipamentos que permitem tal façanha têm, naturalmente, um aspecto real: o trabalho morto sobre e dentro do qual flui o que é virtual; além dele, é certamente real a aparição física das imagens e tudo aquilo que permite excitar os sentidos. Entretanto, nada disso pode ter *sentido* sem as representações produzidas pelas instâncias de controle: a realidade virtual. Essa será a que eu quiser. Mas esse querer não é arbitrário. É uma característica dos novos produtos: o fetichismo é físico, advindo do objeto mesmo e de sua posse ou acumulação; também, é virtual e somente se realiza quando absorvemos os ensinamentos, a doutrina e os projetos futuros do mundo burguês, isto é, do mundo que não vacila em indicar qual é a realidade que deve ser consumida pelos homens e admitida como existente. É a *prática* ideológica no sentido de Althusser,⁴⁷ de maneira muito mais cômoda, imediata e grotesca. A fixação pontual do indivíduo no espaço geográfico e o controle absoluto do tempo de fixação são uma necessidade histórica, daí a aparição dos equipamentos e dos meios – a Internet – que instrumentalizam essa fixação e esse controle. Não foi o conhecimento humano ou o progresso humano que permitiu a con-

figuração das cidades virtuais, mas exatamente o contrário: o capitalismo, ao desenvolver tudo que é capaz de conter, requer cada vez mais competência intelectual, tecnologia de ponta e, o que é sua expressão ideológica, o controle dos homens. Tal como o televisor, o telefone, o cinema, o rádio, enfim, os produtos da indústria cultural, que começaram penetrando na própria classe burguesa e pequeno-burguesa, até que seu barateamento e simplificação alcançasse o proletariado e as massas sub-proletárias, deverá ocorrer o mesmo com os equipamentos mais modernos como os computadores e os aparelhos de telefone celular, mediante os quais é acessada a cidade virtual.

Se as cidades virtuais não ocupam exatamente um espaço convencional ou concreto, seus fins efetivos são concretos: por um lado, respondem pelo fluxo de mercadorias e de mais-valia e de ganhos econômicos como qualquer outra cidade global ou periférica, na medida em que participam do intercâmbio universal; por outro lado, poderão ser as mais eficazes contribuintes da destruição da utopia coletiva – ou das tradições do final do século XIX até aproximadamente o final da década de 1980 – para a construção da utopia individual e das estratégias com base nas quais é possível o seu exercício: eu posso construir os meus desejos e quiçá realizá-los virtualmente, independentemente da realidade do mundo. O eu dissolve qualquer resto de projeto coletivo. Esses elementos formam-se a partir das *infovias*, pelas quais o fluxo de “conhecimentos” e de “decisões” é veiculado. A estrutura global é relativamente simples.

De um lado, há o *conteúdo*, cuja forma pode ser estática (e, nesse caso, a possibilidade de inserir textos de magnitude infinita, a depender do servidor e do receptor, como qualquer arquivo armazenável nos computadores pessoais em suas mais diferentes extensões) ou dinâmica, neste caso, necessitando de interação do usuário para incrementá-lo, como nos serviços disponíveis mediante formulários e menus. O conteúdo atualmente alocado não tem muito sentido de ordem, como requer uma informação *intelectualmente produzida*, exceto se já for assim introduzida, como um artigo, um aviso da imprensa etc. Mas isso pode ser proposital,⁴⁸ uma vez que o objetivo de boa parte do conteúdo é produzir cérebros resignados e não cérebros extrovertidos, revoltados ou esclarecidos.⁴⁹ A possibilidade de navegar nesta cidade sem deixar-se seduzir pelos apelos ao inútil e ao grotesco depende, pois, da capacidade de discernimento, o que é complicado. Na cidade concreta, pode-se atuar para a mudança a qualquer momento, pode-se ignorar os apelos publicitários e, até, contagiar as multidões; na cidade virtual, mesmo com os grupos, os fóruns, as listas de discussão e toda sorte de mecanismos virtuais, es-

sas possibilidades estão vedadas. A cidade virtual somente poderia funcionar a bem da emancipação se fosse apropriada por uma ordem social regulada, o que está fora de cogitação.

De outro lado há o *layout*, que é todo o desenho visual das aparições, podendo ser, igualmente, estático ou dinâmico. Na medida em que os sentidos possam ser excitados de toda forma (imagens movendo-se, sons sendo produzidos), tem-se as aparições dinâmicas e, quando apenas as imagens imobilizadas vão sendo justapostas, ocorre o aspecto estático. A sucumbência do indivíduo é total.

Em síntese, a cidade virtual ou

o ciberespaço é uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais. Ao contrário do censo comum em torno do aniquilamento do espaço pelo tempo, parece-nos que é o espaço material que organiza o tempo, estruturando a temporalidade em lógicas diferentes e até contraditórias de acordo com a dinâmica socioespacial. Entretanto, se o espaço material organiza o tempo, a emergência de um tempo-real das redes comunicacionais colabora para uma sensação de aniquilamento do espaço pelo tempo, na forma de um espaço virtual. De um modo geral, podemos dizer que o tempo-real também implica a organização de novas relações sociais que se expressam na formação de um espaço virtual e na reestruturação do espaço concreto preexistente, provocando intenso processo de inclusão e exclusão de lugares e pessoas na rede. (Silva e Tancman, 1999)

CONCLUSÃO

A simplificação tem como propriedade a fácil reprodução. Ou seja, cada um que tome a realidade social interpretada para com ela interagir e reinterpretá-la terá um resultado, até diverso dos demais. Não negando o perigo das generalizações que percorrem este caminho, sugiro um quadro sintético que procura mostrar mais ou menos o comportamento evolutivo das cidades desde o seu aparecimento e que conclui as análises aqui expostas (quadro 2). Esse quadro é apenas um ponto de partida para as investigações detalhadas e localizadas, jamais o ponto de vista exato. A sua leitura, finalmente, deve revestir-se da parcimônia tão característica daqueles que conhecem bem as incertezas reinantes em qualquer interpretação histórica.

Quadro 1 – Mimetismo de três cidades periféricas a partir da década de 1980

(Compilado a partir de Ribeiro, 1996; Sposati, 1996; Marques e Torres, 2000; e Schapira, 2000)

Atributos	São Paulo	Buenos Aires	Rio de Janeiro
Mobilidade social, demografia e territorialidade	Queda da taxa de crescimento de áreas metropolitanas com diminuição de fluxo migratório devido à desconcentração industrial e à crise econômica dos anos 1980 e 1990.	Aumento drástico da população conurbana em relação ao centro da cidade (relação atual: oito para três); Redução da mobilidade na cidade devido às territorialidades exacerbadas e às identidades restritivas (múltiplas fronteiras que demarcam espaços segundo a propriedade, a renda e a origem social), crescimento de bairros privados, instituições particulares, enclaves auto-suficientes dentro das periferias etc. (privatização do espaço público).	Desconcentração populacional devido, em parte, à desindustrialização regressiva (deslocamento das áreas centrais para a periferia); Forte diminuição do fluxo migratório e surgimento da tendência à emigração da região metropolitana: entre 1980 e 1990 ocorreu um saldo negativo de 580 mil pessoas na região metropolitana; Surgimento de condomínios fechados, ruas controladas por policiais particulares e <i>shopping centers</i> e enclaves residenciais de consumo e lazer; Reforço da disseminação da cultura do medo que reconstrói os significados socioculturais das favelas e periferia: deixam de ser territórios de coagulação de valores e signos positivos e passam crescentemente ao papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca associá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana.
Atividade econômica, comando de negócios periféricos, intercâmbios e capital financeiro	Desconcentração industrial (houve uma queda, entre 1970 e 1990, de 17,1 pontos percentuais na participação da região metropolitana na produção industrial do Brasil); De 1975 a 1996, o percentual de sede de empresas norte-americanas passou de 58% para 61,2%, sendo crescente, portanto, o crescimento de capital estrangeiro; Mesmo com menor produção industrial relativa, tem centralidade de comando sobre a economia nacional, inclusive com aumento da concentração de serviços produtivos e financeiros; Diminuição das barreiras alfandegárias: houve, no País, uma redução das tarifas de comércio exterior de uma média de 32% em 1989 para 14% em 1995, tendo São Paulo grande participação nesse percentual; Aumento das importações: conseqüentemente, as importações aumentaram em 180% e as exportações em 60%, tendo São Paulo grande participação nesse percentual; Criação de mercados regionais: criação do Mercosul; Competição entre cidades periféricas: São Paulo disputa com Buenos Aires, Rio de Janeiro e Cidade do México a centralidade regional; Mais de 90% do volume de negócios financeiros via bolsa de valores concentra-se na cidade de São Paulo, sendo que o volume total cresceu de US\$13,4 bilhões para US\$203,2 bilhões entre 1991 e 1997.	Desindustrialização; Declínio das indústrias de substituição de importações e crescimento de atividades ligadas às finanças e aos serviços “avançados”.	Desindustrialização e crescimento dos setores tradicionais do terciário, em que prevalecem baixa produtividade e informatização, e um pequeno aumento do setor moderno de serviços auxiliares à indústria.

Quadro 1 (continuação)

Força de trabalho	<p>Redução da participação do setor industrial no emprego total e aumento do emprego nos serviços (na região metropolitana, enquanto o emprego total cresceu cerca de 10% entre 1989 e 1999, o emprego industrial caiu 32% e o emprego no setor de comércio e serviços aumentou, respectivamente, 40% e 38%), provavelmente devido à desconcentração industrial e às novas práticas gerenciais e automação das linhas de produção;</p> <p>Precarização: o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado cresceu 2,1% entre 1985 e 1998, enquanto o contingente de trabalhadores sem carteira aumentou 87,9% e o de autônomos 68,4%.</p>	<p>Precariedade e informalidade tornaram-se particularmente fortes nas pequenas e médias empresas da construção civil, do comércio e do setor alimentício;</p> <p>Forte avanço do informal no âmbito do próprio setor formal, com a manipulação de contratos precários e de "falsos empregos";</p> <p>Declínio generalizado de todas as categorias profissionais e aumento das distâncias salariais dentro de cada categoria, com forte pauperização da classe média.</p>	<p>Crescimento da "economia urbana da sobrevivência", onde está um grande contingente de prestadores de serviços pessoais, ambulantes, biscateiros etc.: entre os anos de 1981 e 1990, por exemplo, o número de pessoas ocupadas no comércio ambulante e nos serviços pessoais cresceu 28,6% e 24,3%, enquanto a ocupação na indústria de transformação, de construção e outras caiu, respectivamente, 6,8%, 29,9% e 20,0%;</p> <p>Aumento do desassalariamento e crescente precarização dos assalariados devido à desindustrialização: o número de empregados com carteira assinada na década de 1980 baixou de 47,5% para 43,2% dos ocupados, sendo que o número de contribuintes para a previdência caiu 6,1%.</p>
-------------------	--	---	---

Quadro 2 – Variáveis e parâmetros dos modelos históricos de cidades

Modelo histórico		Variáveis independentes		Parâmetros ou atributos			Variável dependente
Classe	Tipo	Período típico (em séculos)	Localização típica	Forma de construção ou de desenvolvimento	Forma produtiva	Forma coercitiva estatal regular ou peculiar	Função essencial
Natural ou acidental	Asiática	Até VII a. C.	Crescente Fértil (costa africana banhada pelo mar Mediterrâneo e pelo mar Vermelho, costa asiática banhada pelo mar Vermelho e Golfo Pérsico)	<i>Ad hoc</i>	Pré-capitalista	Despótica	Troca natural
	Antiga	VII a. C. – IV	Terras europeias banhadas pelo mar Mediterrâneo	<i>Ad hoc</i>	Pré-capitalista	Suprema	Troca comercial
	Mercantil dependente	IV-XIV	Europa	<i>Ad hoc</i>	Pré-capitalista	Eclesiástica	Monopólio do comércio
Transitória	Mercantil autônoma ou metropolitana	XIV-XIX	Europa	<i>Ad hoc</i>	Pré-capitalista**	Absoluta*	Maximização do êxito nos encontros entre proprietários das condições objetivas de produção e de dinheiro e dos proprietários da força de trabalho
	Colonial	XVI-XIX	América, África, Irlanda, Extremo Oriente e Oceania	<i>Ad hoc</i>	Pré-capitalista**	Absoluta*	Interposto para a globalização do capital industrial e interposto para trocas exclusivas com as cidades metropolitanas (exportando matéria-prima e importando produtos manufaturados)
Moderna	Periférica	XIX-?	América Latina, Ásia Continental e África	<i>De plano</i>	Capitalista	Democrática	Exportação de padrões de comportamento às cidades periféricas, alteração na distribuição da força de trabalho entre os setores econômicos, desenvolvimento de processos tecnológicos e científicos e monopólio legítimo do poder de decidir
	Global ou comandante	XIX-?	América do Norte, Europa e arquipélago japonês	<i>De plano</i>	Capitalista	Democrática	Mimese do desenvolvimento das cidades globais com base nos comportamentos importados e porto seguro para o aporte de recursos necessários à extração de recursos adicionados
	Virtual	XX-?	Qualquer lugar	<i>De plano</i>	Capitalista	Democrática	Minimização do tempo e do espaço para a distribuição da produção e dos fluxos econômicos, mediante tecnologia da informação

* Forma mais duradoura durante todo o período considerado; em ambos os casos relativamente ao comando central.

** Forma mais duradoura durante todo o período. Obviamente, o modo de produção capitalista já havia surgido.

Inicialmente, cercado pela forma pré-capitalista feudal, depois, plenamente, com a Revolução Industrial, isso nas cidades metropolitanas. Em algumas cidades coloniais, o capitalismo chegou mediante *exportação* metropolitana, portanto, também vigente no período.

1. Os elogios à classe burguesa são recorrentes em quase todas as fases da carreira intelectual do filósofo. No antológico trecho do *Manifesto do partido comunista*: “a burguesia representou na História um papel extremamente revolucionário” (Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p.86); nos *Grundrisse*, ao comentar a submissão das formas artísticas às formas de desenvolvimento social: “a qué queda reducido Vulcano al lado de Roberts et Co., Júpiter al lado del parar-rayos y Hermes frente al Crédit mobilier?” (Marx, 1971, p.32); em *O domínio britânico na Índia*, ao comentar, com simpatia, a penetração violenta da Inglaterra no Hindustão: “é bem verdade que, ao realizar uma revolução social no Hindustão, a Inglaterra agia sob o impulso dos interesses mais mesquinhos... Mas não se trata disso [...]. Apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar a revolução” (Marx, [198?], p.291). Mas nem toda burguesia foi – ou é – digna de preitos: “diferentemente da burguesia francesa de 1789 [que construiu o século XVIII sobre os escombros do século XVII], a burguesia prussiana não era de modo algum a classe que intervém em nome de *toda* a sociedade contemporânea contra os representantes da antiga sociedade, a monarquia e a nobreza. Rebaixou-se ao nível de qualquer *casta* divorciada ao mesmo tempo da *coroa* e do povo e pretendendo opor-se a uma e a outro, hesitante perante cada um dos seus adversários tomados isoladamente [...]; estava ao leme da revolução, não porque o povo estivesse por detrás mas porque ele a empurrava para frente” (Marx, 1990, p.43).
2. Os chamados países socialistas, que deverão sucumbir à penetração capitalista, e algumas populações indígenas isoladas, respectivamente.
3. Baseio-me em Milton Santos, ao definir o espaço geográfico: “o espaço pode ser definido como o resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infra-estruturas e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico” (Santos citado em http://www.escola.org/geografia/conceitos/conceitos_c.htm).
4. A condição prévia ou necessária, mas não suficiente, para o surgimento e manutenção das cidades é enunciada a seguir e, aliás, é observada em quase todas as formas produtivas. Existindo a condição prévia, a condição adicional é particular a cada forma produtiva. Por exemplo: pelo fato de o modo de produção feudal não possuir a condição adicional, as cidades não surgiram *como um produto* de suas entranhas.
5. A cidade não é uma função constante, exceto, talvez, o seu nome-fantasia: Cairo, por exemplo. É dependente do tempo e do espaço: uma cidade, hoje, em um dado espaço geográfico, pode ter conhecido todas as

classes e tipos de cidades existentes. É com essa perspectiva que estarei analisando o problema.

6. Uso o termo valor social para diferenciá-lo da categoria econômica valor de uso, cuja criação é inerente a *qualquer* modo de produção, já que o trabalho de criá-lo “é a atividade que adapta a matéria a este ou àquele fim”, que visa “a apropriação dos produtos da natureza sob uma ou outra forma”, ao passo que – citando, já no modo de produção capitalista, um exemplo de criação de valor social – “o trabalho criador de valor de troca é uma forma de trabalho especificamente social” (Marx, 1983, p.39). Em alguns casos, o valor de troca não é, exceto na aparência, valor social, porque apenas uma forma travestida de valor de uso, donde o curto-circuito ou, equivalentemente, a ausência de finalidade cumulativa: “embora o artesanato urbano seja baseado, substancialmente, na troca e na criação de valores de troca, o objetivo principal da produção não é o *enriquecimento* ou o *valor de troca como valor de troca*, mas a *subsistência do homem como artesão, como um mestre-artesão* e, conseqüentemente, o valor de uso. A produção está, portanto, sempre subordinada ao consumo pressuposto; a oferta à procura; sendo lenta sua expansão” (Marx, 1991, p.110).
7. Lembrando que toda sociedade traz em suas entranhas o embrião de uma nova, Marx complementa que “la organización social, en esta etapa, se reduce también, por tanto, a una ampliación de la organización familiar: a la cabeza de la tribu se hallan sus patriarcas, por debajo de ellos los miembros de la tribu y en el lugar más bajo de todos, los esclavos. La esclavitud latente en la familia va desarrollándose poco a poco al crecer la población y las necesidades, al extenderse el comercio exterior y al aumentar las guerras y el comercio de trueque” (Marx e Engels, 1968, p.21).
8. Acidente no sentido filosófico: não quero, em grau nenhum, dizer, com isso, que essas cidades foram obra do puro acaso; quero dizer que não faziam parte da substância ou da essência daquele mundo, que não foram, como na época moderna, preparadas de modo consciente para prover mecanismos de ação da forma social que as continha, que não foram criadas, como as cidades modernas, com ânimo definitivo e que, finalmente, ao contrário das cidades modernas, sua supressão hipotética ou a sua destruição não afetaria o curso histórico, exceto, talvez, na transição entre os regimes feudal e burguês, até porque aí já começavam a surgir as raízes do modo de produção capitalista.
9. Além dessa forma de apropriação de trabalho, o Estado escravista apropriava-se diretamente do tempo de trabalho de escravos, com o intuito de construção das obras públicas e dos equipamentos necessários às atividades comerciais com o exterior e circulação interna dos produtos.
10. Para Maurice Dobb (1987, p.51), esse foi o fator realmente decisivo do declínio, porque “a fonte da qual a classe dominante feudal extraía sua renda, e a única a partir da qual tal renda podia ser aumentada, era o tempo de trabalho excedente da classe servil, além daquele que se fazia necessário para prover à própria subsistência. Com o estado baixo e estacionário da produ-

tividade de trabalho nessa época, pouca margem restava para que esse produto excedente pudesse ser aumentado, e qualquer tentativa de fazê-lo seria certamente à custa do tempo dedicado pelo produtor ao cultivo de sua própria e modesta terra, levando logo a sobrecarregar sua força além dos limites humanos, ou então a reduzir sua subsistência abaixo do nível de uma simples existência animal”.

11. Não obstante, adverte Maurice Dobb (1987, p.97), esse desempenho consciente revolucionário do capital mercantil, que prosperava sobre as contradições e a desproporção entre o acúmulo dos senhores e a miséria dos servos, somente deu-se até a sua puberdade, uma vez que daí em diante “mostrou-se conservador e não-revolucionário”.
12. É exatamente nisso, e não no uso do acúmulo de dinheiro (como uma espécie de estopim misterioso do surgimento do modo de produção capitalista, como pensavam os economistas burgueses), que, adverte Marx, reside a chamada acumulação primitiva: “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (Marx, 1994, v.II, p.830).
13. “A expropriação e a expulsão da população rural, renovadas, intermitentes, proporcionaram à indústria urbana massas sempre novas de proletários inteiramente desligados da esfera corporativa” (Marx, 1994, v.II, p.862).
14. Maurice Dobb dá vários exemplos que reforçam a tese da convivência econômica entre o sistema de cidades mercantis e o sistema feudal, inclusive a combinação de ambos, com o crescimento lado a lado do comércio e das obrigações servis, em que o campesinato produzia para o mercado, como na Polônia, na Boêmia e na Hungria em torno do século XV (ver Dobb, 1987, p.48).
15. Como escreve Marx, na acumulação primitiva foi nuclear o papel desempenhado pela violência como método, sintetizada “pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato” (Marx, 1994, p.829).
16. Inclusive sob coerção do Estado, cujo aparelho serviu fielmente ao sistema de leis adotado para essa missão. Diz Marx (1994, p.854), após citar várias normas acerca da constrição da vagabundagem nas cidades a partir do século XV: “a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura”. A seguir, acrescenta que a própria lei natural do sistema capitalista torna-se evidente para o homem livre e substitui a lei positiva, isto é, “a organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional” (1994, p.854).

17. Como acentua Marx (1991b, v.V, p.381-382), “o capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagem, e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, está diretamente ligado à rapina, à pirataria, ao rapto de escravos, à subjugação de colônias; assim foi em Cartago, Roma e, mais tarde, com os venezianos, portugueses, holandeses etc.”.
18. Ver Dobb (1987, p.127).
19. Escreve Rosa Luxemburg (1976, p.317-318): “o capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado [...]. Se na luta contra o feudalismo na Europa a violência tomou um caráter revolucionário (as revoluções burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX pertenciam, em última instância, a esse capítulo), nos países europeus a luta contra as estruturas sociais primitivas manifesta-se sob a forma de política colonial”.
20. Escreve Marx (1971, p.159): “la esclavitud de los negros – una esclavitud puramente industrial –, que desaparece sin más y es incompatible con el desarrollo de la sociedad burguesa, *presupone* la existencia de tal sociedad: si junto a esa esclavitud no existieran otros estados libres con trabajo asalariado, todas las condiciones sociales en los estados esclavistas asumirían formas precivilizadas”.
21. Como escreve Gros (citado por Dobb, 1987, p.209), comparando esse monopólio com o monopólio das cidades mercantis dependentes, meramente regional, aquele consiste na mesma “política da cidade, agora ampliada para os negócios de Estado”.
22. Descrevendo o tráfico escravista holandês a partir da cidade de Malaca, possessão portuguesa, escreve Marx (1994, p.870): “para se apoderar de Malaca, os holandeses subornaram o governo português que, em 1641, os deixou entrar na cidade [...]. Onde punham o pé, vinham a devastação e o despovoamento [...]. Este era o doce comércio”. Esse tráfico, encoberto ou escancarado, serviu de base ao enriquecimento de muitas cidades metropolitanas, como Liverpool: “a Inglaterra [com o tratado de Asiento] conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. Isso servia, ao mesmo tempo, para encobrir sob o manto oficial o contrabando britânico. Na base do tráfico negreiro, Liverpool teve um grande crescimento. O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva. E até hoje a ‘gente respeitável’ de Liverpool canta loas ao tráfico negreiro [...]. Liverpool empregava 15 navios no tráfico negreiro em 1720; já em 1722 em 1792” (1994, p.878).
23. Escreve Marx ([198?], p.288-289), sempre por contrastes: “desde tempos imemoriais a Europa recebeu os magníficos tecidos elaborados pelos hindus, enviando em troca os seus metais preciosos, com que oferecia a maté-

ria-prima necessária aos ourives, membros indispensáveis da sociedade hindu, cuja predileção pelos adereços é tão grande que até os indivíduos das classes mais baixas, que andam quase nus, costumam ter um par de brincos de ouro ou algum adorno de ouro em torno do pescoço [ou seja, o valor social era tão-somente de ostentação ou prazer] [...]. O invasor britânico acabou com o tear manual e destruiu o torno de fiar [entre outros meios, com base na exportação do tecido manufaturado britânico]. *Esta decadência de cidades da Índia, que se haviam tornado célebres pelos seus tecidos, não pode ser de modo algum considerada como a pior consequência do domínio inglês* [grifos meus]. O vapor britânico e a ciência britânica destruíram em todo o Hindustão a união entre a agricultura e a indústria artesã.”

24. O mesmo ocorreu com as cidades de Nimpó, Tinghai, Amoy. O armistício se consolidou nos seguintes termos: “em troca da paz de 27 de agosto de 1842, os ingleses obtiveram a ilha de Hong-Kong. Além disso, os portos de Cantão, Amox, Fuchu, Nimpó e Xangai deviam ser abertos ao comércio” (Luxemburg, 1976, p.338).
25. “Depois da década de 1790 [até 1860] as plantações escravagistas do sul dos Estados Unidos foram aumentadas e mantidas pelas insaciáveis e vertiginosas demandas das fábricas de Lancashire, às quais forneciam o grosso de sua produção de algodão bruto” (Hobsbawm, 1989a, p.50).
26. Melhor do que usar a expressão *coincide*, seria mais adequado afirmar que as cidades modernas são filhas desejadas desses acontecimentos, são cidades que vieram com ânimo definitivo, para ficar, tal como o sistema burguês, daí serem cidades construídas *de plano*. Nesse aspecto reside a mudança de função em relação às cidades anteriores, concebidas *ad hoc*, ou seja, não vinham à luz com ânimo definitivo (ainda que na cabeça dos homens pudessem vir).
27. Segundo o Banco Mundial, “de cada dez pessoas, três viviam em áreas urbanas em 1950, enquanto em 2030, de cada dez pessoas, seis viverão em áreas urbanas, resultando um grau substancial de demanda por serviços e, potencialmente, grande congestionamento e poluição” (World Bank. *World development indicators*. Washington: World Bank, 1999, p.159. Disponível na Internet. http://www.worldbank.org/data/wdi/pdfs/tab3_10.pdf).
28. A definição de fluxo global hierarquizado equivale a uma integração média sobre todas as deliberações e decisões praticadas pelos organismos internacionais e por alguns Estados nacionais ao nível dos negócios, dos governos e das categorias econômicas (dinheiro, capital, preço etc.), que é seguido mundialmente. Como o sistema capitalista não consegue planejar as ocorrências futuras (por exemplo, a capacidade de produção e distribuição *ex ante* é baixa) e por ser *feito* pela história e não o contrário, nem sempre esse fluxo corresponde às expectativas iniciais.
29. São várias as aparições *inéditas* do Estado desde esse período, das quais dou três exemplos importantes. O monopólio ou oligopólio dos fabricantes de armas e artefatos militares provocado pelas demandas governamentais em rápida expansão e que iria despejar os produtos necessários aos empreendi-

mentos das guerras e das revoluções europeias de 1914-1919: o gasto militar consolidado das maiores potências (Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e França), no período de 1880 a 1914, saltou de 132 milhões de libras esterlinas para 397 milhões de libras esterlinas (Hobsbawm, 1989b, p. 70 e 479); a preparação da hegemonia internacional americana teve como contribuinte pelo menos um fator político inegável: a fundação de um “novo sistema eleitoral que permitiu duradouro domínio republicano” (Veiga, 1998, p.69); finalmente, talvez a mais eficiente aparição: o sistema de bem-estar social iniciado com as reformas de Bismarck, muito antes dos países escandinavos: “Bismarck, lógico como sempre, já na década de 1880 decidira *cortar as raízes da agitação socialista* por meio de um ambicioso esquema de previdência social; foi seguido, nesta orientação, pela Áustria e pelos governos liberais ingleses de 1906-1914 (aposentadorias, bolsas de trabalho, seguros de saúde e desemprego) e mesmo pela França, após algumas hesitações (aposentadorias em 1911) [grifos meus]” (Hobsbawm, 1989b, p.150-151).

30. Ver Banco Mundial (1997).
31. Ver este conceito em Fiori, José Luís. O Consenso de Washington. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 4 de setembro de 1996. *Palestra*. Disponível na Internet. <http://www.obrasil.com/cultura/utopia>.
32. Sem falar na mais paradoxal e assistemática: qual a maior função histórica do Estado soviético senão ter salvaguardado a própria democracia burguesa, e o mundo sobre o qual pairava, de uma das anomalias do capitalismo, o nazi-fascismo? Ver, a esse respeito, os argumentos de Hobsbawm (1991).
33. “A economia capitalista era, e só podia ser, mundial. Esta feição global acentuou-se continuamente no decorrer do século XIX, à medida que estendia suas operações a partes cada vez mais remotas do planeta e transformava todas as regiões cada vez mais profundamente. Ademais, essa economia não reconhecia fronteiras, pois funcionava melhor quando nada interferia no livre movimento dos fatores de produção. Assim, o capitalismo, além de internacional na prática, era internacionalista na teoria [...]. Seus critérios eram globais: não tinha sentido tentar produzir bananas na Noruega, pois elas podiam ser produzidas bem mais barato em Honduras” (Hobsbawm, 1989b, p.66).
34. O Paraguai tentou uma vez ignorar o *seu lugar* – e nunca mais repetiu. Navegando contra a *lei b*, quis manter-se fechado ao mercado mundial, isto é, às exportações de mercadorias primárias para Londres: “a Guerra do Paraguai [1864-1870] pode ser vista como parte da integração da bacia do Rio Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder sua auto-suficiência” (Hobsbawm, 1988, p.96).
35. “A industrialização e a Depressão transformaram-nas [as nações desenvolvidas] num grupo de economias *rivais*, em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição de outras” (Hobsbawm, 1989b, p.68).
36. “O protecionismo industrial, de maneira geral, ajudou a ampliar a base in-

- dustrial do mundo, ao incentivar as indústrias nacionais a produzirem com vistas aos mercados internos de seus países, que também estavam se expandindo a passos largos. Calculou-se que o aumento global da produção entre 1880 e 1914 foi, por conseguinte, nitidamente maior do que fora durante as décadas de livre-comércio. Em 1914, sem dúvida, a produção industrial foi distribuída menos desigualmente no mundo metropolitano ou ‘desenvolvido’ do que havia sido quarenta anos antes” (Hobsbawm, 1989b, p.69).
37. “A Grã-Bretanha, sozinha, restabelecia um equilíbrio global, pois importava mais bens manufaturados de seus rivais, exportava seus próprios produtos industriais para o mundo dependente, mas principalmente obtinha rendimentos invisíveis de vulto, provenientes tanto de seus serviços comerciais internacionais (bancos, seguros etc.) como da renda gerada pelos enormes investimentos no exterior do maior credor mundial. Assim, o relativo declínio industrial britânico reforçou sua posição financeira e sua riqueza. Os interesses da indústria britânica e da *City*, até então bastante compatíveis, começaram a entrar em conflito” (Hobsbawm, 1989b, p.8).
38. “Em 1913, os EUA já se haviam tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial – pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929, respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais européias [...]. Após o fim da primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muitos aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quanto voltou a tornar-se após a Segunda Guerra Mundial” (Hobsbawm, 1991, p.101).
39. “A grande virada da indústria para longe do velho Ocidente [...] ocorreu no último terço do século. Só na década de 1970 os economistas começaram a escrever livros sobre ‘a divisão internacional do trabalho’, ou seja, o início da desindustrialização dos velhos centros” (Hobsbawm, 1991, p.204).
40. Ver Hobsbawm (1991, p.214-219).
41. Pequim já é devota da Organização Mundial do Comércio e Pyongyang está abrindo suas portas ao intercâmbio mundial e estabelecendo conversações com Washington com a intermediação de Seul. Havana não fica atrás: aos empreendedores estrangeiros, o governo de Fidel Castro “dá isenção de impostos, garante mão-de-obra qualificada, risco zero de greves, salários que não incham os custos e um mercado de 11 milhões de consumidores carentes de quase tudo. Além disso, não opõe nenhuma restrição à remessa de lucros para o exterior” (Vargas, 2000, p.130).
42. Como escreve José Eli da Veiga (1998, p.72), “os padrões de consumo e o perfil da demanda dos mercados de massa, que garantiram o desencadeamento da quarta onda [1939-1973], resultaram de importantes mudanças na estrutura da distribuição da riqueza e da renda, sem as quais não poderiam ter ascendido as novas classes médias [cujo declínio está sendo registrado nas cidades modernas desde a década de 1980. Ver mais adiante as características das cidades modernas] [...]. Só que, hoje, a desigualdade social e econômica entre os

que fornecem os serviços pessoais e os que os compram vem aprofundando a pauperização de uma massa crescente de pessoas, tanto na América do Norte como na Europa Ocidental [nas cidades globais, isso se torna característico]. Passou a ser privilégio de uma minoria o emprego estável, a tempo integral, o ano inteiro e durante toda a vida [uma das funções essenciais das cidades modernas é exatamente neste sentido]. [Diante disso,] quais modos de regulação poderão garantir alguma estabilidade ao próximo *boom* do capitalismo?”. Nem os estados nacionais, nem os blocos econômicos e nem os grupos paraestatais, como a União Européia e o G-7, respectivamente, conseguiram, até agora, responder a esse desafio. O fato de não se ter reformulado ainda “o sistema de regulação montado em *Bretton Woods* é sinal bem revelador da fragilidade atual da ordem internacional”.

43. Embora não seja tão recente a clareza de Washington, e mesmo de muitos comunistas, sobre essa missão histórica. Exceto Stalin e seus seguidores, que realmente acreditavam que o capitalismo sucumbiria aos implementos posteriores a Outubro de 1917, os próprios “planejadores soviéticos não viam o capitalismo em crise no fim da Segunda Guerra Mundial. Não tinham dúvida de que ele continuaria por um longo tempo sob a hegemonia dos EUA” (Hobsbawm, 1991, p.230).
44. De acordo com Marques e Torres (2000, p.144-145), alguns autores subdividem as cidades globais em cidades globais de primeira ordem – aquelas que, com tranqüilidade, estariam realmente no comando do capital financeiro ou, por assim dizer, da economia superficial ou aparente, devido à evidência de suas ligações com o sistema mundial e à prevalência original de certos atributos como a desindustrialização, o fato de serem sedes de empresas multinacionais e o crescimento dos serviços, como, por exemplo, Nova York, Londres e Tóquio – e cidades globais de segunda ordem – exatamente aquelas cujas condições de existência dos atributos de cidades globais de primeira ordem podem existir, embora as funções daquelas não estejam presentes, ou seja, são cidades com “funções nacionais em vez de globais ou cidades que estão participando do processo de globalização mas não têm funções poderosas de comando” (Nijman, citado por Marques e Torres, 2000, p.145). Neste artigo, essa subdivisão escapa à análise, pois centra-se exatamente nas funções das cidades, de modo que a dicotomia é decisiva: uma cidade moderna é global ou periférica, podendo esta última ser global apenas por *mimese*. O fato de algumas das cidades periféricas se conectarem à rede mundial não as faz globais, muito ao contrário, porque a conexão é uma determinação do fluxo mundial hierarquizado.
45. Tal como escreve Marx (1971, p.229): “el capital mismo es la contradicción en proceso, [por el hecho de] que tiende a reducir a un mínimo el tiempo de trabajo, mientras que por otra parte pone al tiempo de trabajo como única medida y fuente de la riqueza”.
46. “O mundo possui há muito o sonho de uma coisa de que lhe basta possuir a consciência para a possuir realmente” (Marx, citado por Lukács, 1989, p.16).

47. Ver Althusser, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
48. Poderá vir a ter, no futuro, mediante um profissional que vem sendo formado, o *information architect*, cuja “função principal” será “estruturar editorialmente uma página Web e tornar as informações dessa página mais visíveis, mesmo as presentes nas camadas mais obscuras de um site”. Será “sua responsabilidade assegurar que a informação seja bem organizada e apresentada através de uma interface facilmente acessível” (Marcondes, Carolina. *Information architect*. *Webworld*, jun. 2000. Disponível na Internet: <http://www.intermanagers.com.br>).
49. Em discussões na 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho p. p., muitos profissionais sérios de Tecnologia da Informação mostraram-se céticos quanto às possibilidades instrutivas ou culturais do conteúdo da Internet, que não deverá se libertar do “lixo” e que tenderá ao mesmo destino da televisão: conteúdo “baixo e chulo”, já que a Internet é um espaço sem fronteiras no qual o próprio usuário é, ao mesmo tempo, editor e distribuidor e que, como qualquer produto do mercado, quer ser adquirido por todos e, pois, satisfazer a tudo, sobretudo nossa propensão a gostar da “cultura abaixo da comum”. Não há nenhuma esperança de ser um meio de democratização da chamada “cultura erudita”, até porque, no caso, teria de supor educação superior generalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Rubim, FRANCO, Denize e LOPES, Oscar. *História da sociedade. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.*
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. Washington: Banco Mundial, 1997.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. 2v.
- CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*. São Paulo, n.45, p.152-166, jul. 1996.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- _____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989b.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MAQUIAVEL, N. *Discurso sobre a maneira de prover-se dinheiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. *Novos Estudos*. São Paulo, n.56, p.139-168, mar. 2000.